

Capítulo 6 - Texto de referência

Conhecendo o sistema tributário brasileiro

O quanto você sabe sobre tributos? Já ouviu notícias ou debates sobre reforma tributária? Sabe como funciona o sistema tributário brasileiro? E já pensou como esse sistema impacta as políticas sociais, a vida de todos nós e, por isso, gera intensas disputas? Vamos tratar disso a seguir...

Vamos começar falando de tributos... Eles são pagamentos compulsórios, obrigatórios, previstos em lei, que devem ser pagos pelos contribuintes ao Estado quando há uma “explícita manifestação de riqueza”, ou seja, quando se recebe alguma renda ou pagamento, se comercializa algo, etc. No Brasil temos cinco tipos de tributos: impostos (como o Imposto de Renda – IR e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS), contribuições sociais (como o Programa de Integração Social – PIS e as contribuições previdenciárias), contribuições de melhoria (quando uma obra pública valoriza propriedades individuais), taxas (cobradas por serviços prestados pelo Estado, como a taxa para tirar passaporte) e empréstimos compulsórios (cobrados pelo Estado em situações excepcionais, como guerras). Alguns dos tributos são de responsabilidade da União, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), outros são de responsabilidade dos estados, como o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e há tributos municipais, como o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

O sistema tributário brasileiro é formado pelo conjunto dos tributos, bem como das leis e regras de como eles são apurados e coletados, quem está isento, as competências administrativas etc. É por meio desse sistema tributário que o Estado arrecada os recursos que financiam suas ações (inclusive as políticas sociais) e também é por meio dele que se estabelecem ações “extrafiscais”, como quando há incentivos a determinado setor produtivo por meio da redução de impostos ou o aumento de impostos sobre importações. Além disso, o sistema tributário pode contribuir para reduzir desigualdades, como o aumento de alíquotas

de impostos pagos pelas pessoas ricas. Portanto, o sistema tributário é, também, um instrumento de política comercial, macroeconômica e redistributiva.

A carga tributária, por sua vez, é a comparação proporcional entre tudo o que foi recolhido com tributos e o Produto Interno Bruto (PIB), que é a produção total do país. A carga tributária do Brasil é considerada alta e se aproxima da média de países ricos da América do Norte e da Europa. Ao se examinar quais são as principais bases tributárias, ou seja, quais são as principais fontes da arrecadação, percebe-se que são os impostos sobre renda e sobre circulação de mercadorias. Isso significa que a base tributária brasileira incide, principalmente, no trabalho e no consumo e serviços, ou seja, ela tem tido baixa capacidade redistributiva, não contribuindo para reduzir desigualdades, pois alcança todas as classes sociais de igual forma. Por exemplo, um percentual de impostos sobre determinado alimento, como o leite, tem peso diferenciado em famílias mais ricas e mais pobres, pois pesa proporcionalmente bem mais no orçamento doméstico das últimas.

Um sistema tributário pode ser progressivo, quando a cobrança aumenta conforme aumenta a renda, ou regressivo, quando onera proporcionalmente mais os pobres, aumentando a desigualdade de renda após a cobrança dos tributos. Esse segundo tipo caracteriza o sistema tributário brasileiro, que tem altas alíquotas no ICMS, o que penaliza famílias mais pobres; tratamento privilegiado a rendimentos do topo, como deduções com educação e isenções de ganhos de capital no IR; baixa tributação sobre patrimônio, quando se comercializa esses bens, por exemplo; conversão de altos rendimentos do trabalho em capital, como isenções para pessoas físicas dos rendimentos com lucros e dividendos. Portanto, o sistema tributário brasileiro, embora sirva para financiar a atividade estatal, não tem contribuído para reduzir as desigualdades nos últimos trinta anos; pelo contrário, ele tem aumentado a desigualdade de renda entre os cidadãos.

Várias iniciativas já procuraram alterar esta característica de regressividade do sistema tributário brasileiro. A maior parte delas precisa ser debatida e decidida pelo Poder Legislativo. Com isso, a complexidade do sistema e os conflitos gerados têm dificultado sua aprovação, pois há interesses políticos relacionados aos entes federados, como os de competência para instituir impostos; interesses econômicos de vários setores produtivos e de segmentos sociais, como os relacionados ao ICMS; preocupações com impactos na arrecadação e com os efeitos das mudanças na economia em geral. Portanto, alterar a regressividade do sistema tributário brasileiro não tem sido tarefa fácil! Ainda assim, é muito

importante que todo cidadão entenda como o sistema funciona e os impactos dessas decisões não só nas políticas sociais, mas também na vida de cada pessoa.

Fonte: LAZZARI, Eduardo Alves. *Sistema Tributário Brasileiro: carga, regressividade e políticas públicas*. In: SÁTYRO, Natália G. D.; CUNHA, Eleonora S. M. (org.). **Descomplicando Políticas Sociais no Brasil: o que, por que, como, de quem, para quem?** Belo Horizonte: Editora UFMG : Fino Traço, 2023. (p.119-137).